

TRABALHO SOCIAL: Um olhar sobre as famílias dos educandos e dos usuários da Apae de Pinhalzinho-SC

BALDO, Neusa Maria Delazari
baldoneusa2019@gmail.com

DA ROSA, Veridiane Steffens Crespim
veridianescr@gmail.com

FICAGNA, Vanessa
ficagnavanessa@gmail.com

WINCK, Giley Teresinha
giley2011@hotmail.com

Resumo: O acesso à política de assistência social e o acompanhamento por meio do trabalho social são direitos de todo cidadão que necessita desses serviços. Nessa perspectiva, este artigo sintetiza e discute alguns aspectos relacionados ao trabalho desenvolvido na rede Apae; e busca evidenciar que as intervenções não devem se restringir somente à pessoa com deficiência, mas devem ser ampliadas à sua família, que é sua rede de apoio. Pretende-se também demonstrar a importância de orientação, aproximação, parceria e inclusão das famílias nas diferentes atividades, ações e intervenções desenvolvidas com educandos e usuários da Apae de Pinhalzinho-SC nos ambientes doméstico, institucional e comunitário, bem como verificar os impactos dessas ações de atenção, prevenção e promoção de saúde na vida da pessoa com deficiência e de suas famílias. A pesquisa pode ser classificada como qualitativa e bibliográfica. Os resultados obtidos evidenciam que é possível trabalhar de forma interdisciplinar em prol da pessoa com deficiência e suas famílias; que capacitar as famílias colabora no processo de reabilitação; que a aproximação da família é possível; e que família fortalecida contribui para o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência. O trabalho social desenvolvido é reconhecido pelas famílias, e a rede de apoio que a Apae configura para as famílias faz a diferença nas vidas dos educandos, dos usuários e dos familiares.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Família. Trabalho Social. Fortalecimento de Vínculos. Parceria.

1 Introdução

As políticas públicas no âmbito da Assistência Social visam garantir a proteção social dos cidadãos, por meio de ações, serviços, benefícios e programas que reforçam a garantia de direitos nos diversos ciclos de vida e validam a promoção da segurança de acolhida nos equipamentos de atendimento, ocupados por profissionais de referência que recebem usuários da política de assistência social nos diferentes serviços socioassistenciais.

Em relação à oferta dos serviços executados pelas Apaes, nos diferentes níveis de proteção social, essas intervenções, segundo Brito (2019), devem ser direcionadas para além das pessoas com deficiência, ou seja, é imprescindível o trabalho com as famílias, devido às diferentes situações de vulnerabilidade que vivenciam e a que estão expostas. Dessa forma, faz-se necessário estabelecer uma relação entre escola, família e pessoa com deficiência,

uma vez que estes estão ligados e precisam funcionar, apoiando-se para garantir a participação efetiva e com resultados exitosos na perspectiva da educação inclusiva.

Costa (2024) destaca que a relação entre família e escola foi se desenvolvendo de modo dinâmico conforme as características de cada época e o contexto social vivido durante o passar dos anos. Porém, a partir das últimas décadas, a família vem se transformando profundamente, caracterizando-se pela diversidade de formas e de arranjos que pode assumir e pelas relações construídas. Dessa forma é fundamental o trabalho com as famílias de educandos e usuários com deficiência, uma vez que família fortalecida é um dos fatores que repercute no desenvolvimento global de crianças e adolescentes atendidos nas Apaes.

Com a ciência da transformação das relações entre os diferentes atores do núcleo familiar e da importância da família no processo de reabilitação, aprendizagem e promoção de saúde para a pessoa com deficiência é que as ações desenvolvidas irão permitir a realização de trocas e apoios, impactando no cotidiano dos envolvidos.

Nessa perspectiva o presente relato de experiência busca descrever as intervenções e ações desenvolvidas no ano de 2024 na Apae de Pinhalzinho com as famílias do Serviço de Estimulação Precoce e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), pois acredita-se que escola e família são partes fundamentais para uma educação e sociedade mais inclusivas.

O relato de experiência tem como objetivo demonstrar a importância da orientação, da aproximação, da parceria e da inclusão das famílias nas diferentes atividades e ações e intervenções desenvolvidas com os educandos e usuários da Apae nos ambientes doméstico, institucional e comunitário, bem como os impactos dessas ações de atenção, prevenção e promoção de saúde na vida da pessoa com deficiência e de suas famílias.

Justifica-se a elaboração do presente relato de experiência com o intuito de compartilhar experiências exitosas que possam servir de exemplos a outras instituições de atendimento. É notória a importância do trabalho com as famílias dos atendidos na Instituição, pois o tempo de permanência no ambiente domiciliar é maior e pode ser aproveitado para potencializar as intervenções realizadas na Apae. A parceria da família é imprescindível para o desenvolvimento dos educandos e dos usuários.

A abordagem metodológica selecionada para subsidiar o presente relato de experiência do serviço de Assistência Social nas turmas de Estimulação Precoce e AEE da Apae de Pinhalzinho-SC classifica-se em uma perspectiva qualitativa. O embasamento teórico da experiência relatada utilizar-se-á de pesquisas bibliográficas e documentais já publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de *web sites* com referências acadêmicas.

As experiências vivenciadas que subsidiarão a coleta das informações para o relato foram executadas por diferentes profissionais durante o ano de 2024 em um conjunto de

ações desenvolvidas com familiares de educandos e usuários inclusos nos serviços da Apae de Pinhalzinho-SC. Também foram enviados questionários a pais de educandos e usuários dos serviços evidenciados acima a fim de avaliar os resultados e os impactos das atividades desenvolvidas.

2 Elementos sobre a família contemporânea

É pressuposto básico que, ao nascer, os sujeitos estejam, de alguma forma, ligados a um determinado núcleo familiar. A família desempenha um papel fundamental na construção dos indivíduos, pois representa o primeiro ambiente social e afetivo com o qual a criança tem contato. Segundo Azevedo (2015) *apud* Costa (2024), a família é uma das mais antigas instituições sociais criadas pelos seres humanos e, desde o seu surgimento, vem se transformando de acordo com as condições sociais de cada época.

Costa (2024) destaca o importante papel da Revolução Industrial, no início do século XVIII, nas transformações ocorridas na sociedade e, conseqüentemente, nas famílias. A emigração da população para as cidades e as mudanças nas relações de trabalho contribuíram significativamente para essas alterações. As transformações contínuas na economia desencadearam uma série de conseqüências na estrutura familiar e nas relações sociais.

A partir desse momento histórico, com as significativas mudanças ocorridas nos campos político, econômico e tecnológico, as relações sociais e de poder também se transformaram, refletindo diretamente nas estruturas familiares. As transformações nos padrões culturais ao longo dos anos possibilitaram uma maior emancipação da mulher e a redefinição de seu papel na família e na sociedade, modificando de forma substancial os modelos de organização familiar na contemporaneidade.

Historicamente a relação entre família e escola foi se estruturando de forma dinâmica como principal responsável pelo processo educativo das diferentes gerações. Com a mudança das necessidades nos diferentes contextos, as relações entre essas duas instituições também foram ganhando outros formatos, conforme Costa (2024) esclarece. A autora também destaca que, na atual modernidade líquida, as relações estão se caracterizando de modo instável, o que contribui para a transformação dos arranjos familiares e reflete na educação das crianças e na participação da família na escola. Além disso,

a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho trouxe mudanças significativas nas dinâmicas familiares, afetando o modo como os filhos são criados e educados. O fato de muitas mulheres trabalharem em jornadas extensas, dificulta sua possibilidade de dedicar tempo integral, ou mesmo prolongado, ao cuidado dos filhos. Esse fato gera a necessidade de transferência da responsabilidade pelo cuidado e educação das crianças para instituições especializadas, durante várias horas do dia.

Conseqüentemente, a escola passou a desempenhar um papel mais proeminente na vida das pessoas. Hoje em dia, é comum que crianças, desde os primeiros meses de vida, frequentem instituições educacionais por períodos que podem variar de pelo menos 4 horas diárias a até mais de 8 horas diárias. Isso, por sua vez, resulta em uma redução significativa do tempo que as crianças passam interagindo com suas famílias (Enguita, 2004; Poli, 2022 *apud* Costa, 2024, p. 16).

Outro elemento a ser considerado na interação social e que vem contribuindo para a baixa qualidade e o menor tempo de convivência entre as crianças e seus pais é o aumento da utilização das telas e das relações digitais.

Nesse contexto de instabilidade das relações é de fundamental importância o resgate da relação entre família e escola, pois ambas são responsáveis pelo processo do desenvolvimento dos educandos. É imprescindível a conscientização da família sobre sua responsabilidade quanto às aprendizagens adquiridas no contexto familiar, pois estas interferem na vida dessa criança em todos os espaços de convívio.

Quanto às legislações vigentes sobre o papel da família no processo de inclusão, é pertinente destacar a *Declaração de Salamanca*, na qual se evidencia a necessidade de que as escolas “[...] encorajem e facilitem a participação de pais, comunidade e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisões concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais” (Brasil, 1997, p. 02).

A *Declaração de Salamanca* estabelece também a necessidade da parceria entre família, professores e profissionais da escola, a fim de maximizar os esforços para a inclusão. Com o desenvolvimento dessa relação de “parceria” entre família, professores e profissionais da escola, serão alcançados os níveis de aprendizagem e a qualidade de envolvimento necessários para assegurar ganhos educacionais possíveis para “todos” os educandos, com ou sem alguma deficiência.

A política pública de assistência social e o trabalho da Apae na garantia de direitos da pessoa com deficiência e suas famílias

A *Constituição Federal Brasileira* (Brasil, 1988) estabelece em seu artigo 203 os objetivos da assistência social, iniciando assim o movimento de construção da política pública como direito. Mais tarde, em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – (Brasil, 1993) foi criada com o objetivo de garantir uma política de proteção social a quem dela necessitar. Essa Lei assegura o acesso à política de assistência social como parte integrante da seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população vulnerável.

A partir de 2009, a fim de unificar e caracterizar os serviços, programas e projetos no âmbito da assistência social, publica-se a resolução que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014), organizados por níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade.

Entre as diferentes instituições e equipamentos públicos e/ou privados de proteção social é possível observar que as entidades de assistência social, neste caso as Apaes, são parceiras na execução dessa política pública que visa ao atendimento às famílias e aos indivíduos com deficiência que se encontram com vulnerabilidades ou com seus direitos violados.

As Apaes possuem visibilidade e se intitulam como maior movimento social pela dignidade e pela inclusão de pessoas com deficiência intelectual, múltipla ou transtornos globais do desenvolvimento e suas famílias, com vistas à promoção e integração da pessoa com deficiência na vida social e comunitária.

Quanto à dimensão da Assistência Social, a Apae de Pinhalzinho é inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) desde 2011, porém as ações desenvolvidas nessa área de atuação sempre fizeram parte do trabalho da Instituição, desde sua criação em 1983. Em 2019, a partir do Documento Norteador da Assistência Social na Rede Apae (Brito, 2019), seus gestores e profissionais promoveram o reordenamento dos seus serviços de assistência social para se adequar aos critérios das Entidades de Assistência Social. Essa reestruturação assegurou a execução de alguns serviços socioassistenciais tipificados. Entre os serviços tipificados, a Apae de Pinhalzinho optou por oferecer dois serviços de proteção social básica e um Serviço de Proteção Social Especial, escolhidos em função das possibilidades de execução.

Além da Resolução que institui a tipificação, a Instituição também se embasa e atua na *Resolução n.º 34, de 28 de novembro de 2011* (Brasil, 2011), criada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e que aborda a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência no âmbito da assistência social. Ela estabelece critérios para a oferta de serviços nesse âmbito. Esse documento subsidia a estruturação de um conjunto de medidas, ações e serviços orientados a desenvolver ou ampliar a capacidade funcional, no desempenho desses indivíduos com deficiência e sua inclusão na vida comunitária.

Ainda, a *Resolução n.º 34, de 28 de novembro de 2011* (Brasil, 2011), também potencializou o fortalecimento da autonomia e do protagonismo da pessoa com deficiência e destacou a importância da acessibilidade arquitetônica, tecnológica e de comunicação para a promoção de sua participação ativa na sociedade e nos espaços de controle social. A Resolução colaborou também para a efetivação do trabalho integrado da Assistência Social com as áreas da Saúde e da Educação.

O Documento Norteador da Assistência Social na Rede Apae (Brito, 2019, p. 65) reafirma a importância do protagonismo das famílias e da pessoa com deficiência nas três áreas de atuação:

A Rede Apae, desde a sua constituição, trabalha essencialmente nesta ação de defesa e garantia de direitos da pessoa com deficiência e suas famílias: as diretorias das Apaes caracterizam-se pela atuação do protagonismo de famílias e amigos das pessoas com deficiência, bem como as coordenadorias de autodefensoria e autogestão, que congregam o protagonismo da própria pessoa com deficiência.

Dessa forma, o conjunto de atividades desenvolvidas na Apae de Pinhalzinho, como previsto nas legislações citadas, precisa prever suas intervenções de forma planejada, contínua e permanente. As ações com as famílias na Instituição descritas neste relato permeiam as três dimensões de atuação: educação, saúde e assistência social. As abordagens são interligadas e fortalecem a participação e a inclusão das famílias na entidade, bem como estimulam o protagonismo da pessoa com deficiência, contribuindo para seu processo de habilitação, reabilitação, aprendizagem, socialização e promoção à saúde.

3 Relato das atividades realizadas e resultados alcançados

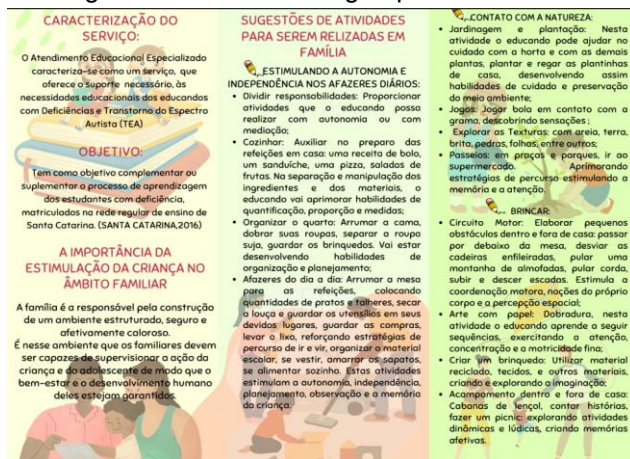
Nas ações estruturadas, quando pensamos na aprendizagem e no desenvolvimento integral da criança com atraso global ou com deficiência, a responsabilidade é mútua entre família e escola. Dessa forma, além do espaço de aprendizagem na escola, faz-se necessário que os pais criem espaços de convívio familiar com um tempo de qualidade destinado às crianças. Nesse sentido, querendo estimular e intensificar as atividades no ambiente doméstico, é que as professoras da Estimulação Precoce e do AEE, juntamente com a coordenação pedagógica e a equipe multiprofissional de saúde e assistência social da Apae de Pinhalzinho-SC, planejaram ações de forma articulada para envolver as famílias nas intervenções desenvolvidas nesses dois serviços de educação da Instituição.

As ações planejadas para os educandos desses serviços iniciaram-se com a elaboração do Plano Terapêutico Singular e do Plano de Desenvolvimento Individual de cada educando ou usuário. Esses documentos, elaborados por equipe multiprofissional, serviram de base para as intervenções pedagógicas e terapêuticas realizadas na Apae de acordo com as necessidades e potencialidades de cada criança e adolescente nos diferentes espaços de convívio.

Para que as famílias tivessem subsídios para estimular as crianças, foram elaborados dois instrumentais: uma cartilha para as famílias das turmas de AEE (Figura 1) e duas

apostilas com orientações para famílias de crianças da Estimulação Precoce (Figura 2), uma delas exclusiva para autistas. O material elaborado contém informações sobre: descrição dos serviços em que os educandos e os usuários estão inclusos; delimitação do público atendido, informações sobre o autismo e níveis de suporte; e níveis de trabalho, classificação usada por Fonseca e Ciola (2016) para identificar o nível de desenvolvimento de habilidades psicopedagógicas e motoras de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os materiais produzidos contêm também sugestões de atividades para serem desenvolvidas pela família.

Figura 1 - Cartilha entregue para AEE



Fonte: Apae (2024)

Figura 2 - Apostilas entregues para Estimulação



Fonte: Apae (2024)

As estratégias de intervenção para identificar em qual nível de trabalho as crianças com autismo se encontram podem ser utilizadas também com as demais crianças com atraso global do desenvolvimento, pois possibilitam aos profissionais identificar como está a aprendizagem das crianças e quais adaptações podem ser feitas. Com informações mais efetivas dos educandos é possível estruturar estratégias de aprendizagem com o intuito de contribuir para o desenvolvimento das habilidades e necessidades individuais de cada criança.

Em relação à estimulação precoce, Gavenda e Pieczkowski (2021, p. 9) mencionam:

Estimular [...] não tem como intuito antecipar o desenvolvimento, mas promovê-lo, ofertar experiências sociais que favoreçam a aprendizagem e previnam ou interfiram em atrasos no desenvolvimento de crianças com deficiências, ou que tenham a possibilidade de apresentá-las.

Dessa forma, as intervenções dos serviços de estimulação precoce e do AEE oferecidos nas Apaes destacam-se como um importante aliado no desenvolvimento global das crianças e dos adolescentes, pois realizam inúmeras ações de promoção à saúde. O trabalho multiprofissional realizado nos serviços de Estimulação e no AEE e as orientações

dadas por esses profissionais contribuem significativamente para melhorar o atendimento desses educandos tanto na rede regular de ensino como nas vivências que experienciam em casa e/ou em outros espaços de interação.

A iniciativa de capacitar as famílias e partilhar esse conhecimento com elas aproximou-as da Instituição. Foi evidenciado que o objetivo da elaboração das apostilas e da cartilha era orientar e auxiliar os pais e/ou responsáveis com um guia de conteúdo para estimular a criança e os adolescentes em casa. As famílias foram incentivadas a observar as necessidades de cada educando ou usuário e colaborar de forma consciente no processo de desenvolvimento dos filhos.

Nesse sentido, para avaliar a efetividade da orientação familiar, elaborou-se material impresso, em formato de cartilha. Esse material foi entregue para as famílias no ano de 2024. Obteve-se a devolutiva positiva, de acordo com o depoimento da família 1 do Serviço de Estimulação Precoce:

A cartilha estava com uma linguagem simples e direta, com atividades que de fato puderam ser realizadas em casa, sem grandes investimentos, enfim, ideais para a faixa etária, e principalmente, atrativas. Deste modo, fortaleceu os vínculos. [...]a cartilha contribuiu para que algumas atividades e propostas fossem colocadas em prática em casa, dando sequência ao trabalho e terapia. Tudo foi especificado, sendo de fácil compreensão para as famílias.

Segundo o relato da família 2 do serviço de AEE:

A cartilha foi de grande importância tanto para as famílias a fim de aplicabilidade das informações para o dia a dia do educando, como para a sociedade compreender melhor o que é o AEE, muitas vezes desconhecido por quem não faz uso do atendimento.

Mesmo diante de alguns desafios, a participação das famílias foi muito significativa, sendo possível compartilhar o material informativo produzido para instrumentalizar os pais na interação com os filhos. Esses encontros aconteceram semestralmente com um horário agendado para cada família. Durante a reunião com os pais foram realizadas orientações e encaminhamentos para a rede de serviços e atendimentos dos municípios quando necessário; e abordados assuntos referentes ao atendimento e desenvolvimento global das crianças e dos adolescentes atendidos. Na oportunidade, a família foi convidada a participar da estimulação das crianças e dos adolescentes em casa, de forma a fortalecer vínculos afetivos e contribuir para as intervenções realizadas na Instituição.

Essa participação se diferencia conforme o serviço oferecido pela Instituição, porém observou-se uma maior participação das famílias dos serviços de estimulação e do AEE após a realização dessa iniciativa de troca de informações.

O trabalho da equipe multiprofissional não se restringe à entrega do material impresso, mas configura-se como um suporte importante para a família. As orientações quanto às condutas e intervenções possíveis instrumentalizaram as famílias para intervir de forma assertiva durante as vivências cotidianas com a pessoa com deficiência, conforme relato da família 3:

A importância da equipe multiprofissional foi essencial para o desenvolvimento do meu filho em diversas áreas, principalmente para mim como mãe, enfrentar os desafios no cotidiano, enfrentar as crises e identificar fatores que as causam. Por mais que conhecemos nossos filhos, é importante o olhar profissional e os acompanhamentos, tanto para o indivíduo, quanto para a família. Também friso, que é indispensável o apoio da equipe na área educacional, não somente na inclusão, mas também na aprendizagem. Hoje meu filho sabe ler e escrever, claro que nem tudo ele sabe interpretar o que ele lê, mas estamos no caminho certo, é uma construção contínua da equipe multiprofissional, da família e escola regular [...]. Friso que a equipe multiprofissional, incluindo todos os profissionais da APAE é indispensável na vida do meu filho e de sua família, também nas orientações que se refere na inclusão social, ele teve um avanço positivo e continua enfrentando novos desafios [...] A equipe multiprofissional faz parte destes, e outros avanços. Sou imensamente grata a toda equipe pelas formas claras e específicas que me orientavam, pela troca de informações, articulações e ações, contribuindo com o desenvolvimento dele, um trabalho em conjunto.

O envolvimento da família no processo de reabilitação dos educandos e dos usuários é uma prática desenvolvida há muitos anos pela Apae de Pinhalzinho, conforme o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), porém cada serviço se utiliza de uma estratégia diferente, garantindo a participação nas atividades e envolvendo a família na Instituição.

Outra ação estruturada na Apae para fortalecer a família foi introduzir sua participação nas intervenções terapêuticas oferecidas aos educandos e usuários de forma presencial. Os pais e/ou responsáveis foram convidados a permanecer um período na turma em que seu(sua) filho(a) é atendido(a) para experienciar algumas atividades sensoriais e funcionais significativas no processo de reabilitação e aprendizagem.

Nessa intervenção demonstrada na Figura 3 e na Figura 4, além do setor pedagógico, houve a participação da fonoaudióloga, da nutricionista e do psicólogo, que abordaram temas como alimentação saudável, seletividade alimentar e estimulação cognitiva por meio de atividades sensoriais práticas, favorecendo um ambiente de interação entre a família, os profissionais e os educandos e usuários e buscando a promoção da saúde.

Figura 3 - Atividade com as famílias, preparação de bolacha com espinafre e cenoura



Fonte: Apae (2024)

Figura 4 - Atividade com as famílias, preparação de bolacha com espinafre e cenoura



Fonte: acervo da Apae (2024)

Mesmo escola e família sendo instituições diferentes e apresentando finalidades distintas, compartilham a importante tarefa de instrumentalizar as crianças e os adolescentes para a sua inserção na sociedade, a qual deve ter uma característica participativa e produtiva. Nesse contexto, os profissionais devem estar atentos à necessidade também de conhecer o contexto familiar dos educandos e dos usuários com deficiência para assim compreender a dinâmica de cada família, conhecer o modo como se organiza, qual sua rede de apoio, quais suas potencialidades e vulnerabilidades, a fim de fortalecê-las e incluí-las, de forma efetiva,

na escola e nos demais espaços de aprendizagem e convívio das crianças e dos adolescentes atendidos na educação especial.

Esse contato *in loco* com as famílias é planejado e realizado pela assistente social e pela psicóloga, porém, dependendo da necessidade e da disponibilidade, participam da intervenção a coordenadora pedagógica do serviço, a professora da turma e outros profissionais da saúde.

As visitas domiciliares são realizadas semanalmente, conforme cronograma e/ou demanda apresentados pelos profissionais da Instituição ou a pedido dos responsáveis pelo educando ou usuário. O contato com as famílias durante as intervenções no domicílio busca aproximá-las da Apae, garantindo também acesso a serviços de promoção à saúde, fortalecimento de vínculos familiares e garantia de direitos à pessoa com deficiência e sua família.

Mediante a intervenção no domicílio, é possível observar, a partir dos relatos coletados com as famílias, que o auxílio da equipe multiprofissional é imprescindível na conduta e na interação da família com o educando ou usuário, conforme depoimento da família 4: “[...] ajudou a entender melhor nosso filho em determinadas situações e também a incentivar a fazer suas tarefas dentro de casa, melhorando assim nosso dia a dia em família”. O trabalho da Apae potencializa a continuidade dos estímulos no ambiente domiciliar, a exemplo da execução das atividades de vida diária, estimulando assim autonomia, independência e participação no âmbito familiar da pessoa com deficiência.

A abordagem e a dinâmica utilizadas durante a intervenção domiciliar e as orientações fornecidas tiveram valia, de acordo com a família 5: “[...] com certeza teve muita validade, pois assim podemos ver e sentir que somos muito bem vindos e acolhidos pela instituição da Apae”.

As orientações realizadas pela equipe durante as visitas aproximaram a Instituição da família, fortalecendo o diálogo entre os envolvidos, como mencionado no relato da família 5:

A gente pode observar que os profissionais da Apae têm amor pelo que fazem e dedicação, pois as visitas domiciliares demonstram isso, amor e afeto para com os educandos. Para nós é muito gratificante pois temos a certeza que nossas crianças estão sendo bem cuidadas e educadas por esses profissionais.

A orientação de acesso a direitos oferecida nas visitas *in loco* visa auxiliar o grupo familiar quanto às situações de desinformação, vulnerabilidade social e melhoria na qualidade de vida. Como a família desempenha um papel importante na garantia do acesso aos direitos da pessoa com deficiência, é fundamental potencializá-la para que o acesso a esses direitos se efetive.

Os profissionais que participam da intervenção no domicílio elaboram relatórios para registro, para futuros encaminhamentos e acompanhamento familiar – as informações coletadas e as orientações dadas na visita domiciliar subsidiam novas intervenções da equipe multiprofissional. Como exemplo, foi observado que grande parte das famílias possui dificuldades na aceitação e no manuseio da medicação – e na adesão a ela –, o que gerou novas estratégias da equipe médica e dos demais profissionais da equipe de saúde que atendem na Instituição.

Além das ações de intervenção no ambiente familiar, foram realizados em 2024 encontros mensais na Instituição, nos turnos matutino e vespertino, com duração de duas horas, para os pais ou responsáveis legais dos educandos e dos usuários que frequentam a Apae. Os grupos de famílias foram coordenados por assistente social e psicóloga, tendo o objetivo de trabalhar as demandas coletivas observadas no cotidiano dos atendidos; e abordar assuntos que perpassam por todos os ciclos de vida das pessoas com deficiência e que foram elencados para serem trabalhados em todas as turmas da Apae.

Também em determinadas ocasiões foram realizadas rodas de conversa descentralizadas nos grupos de famílias inclusas na política de assistência social dos municípios conveniados da Apae.

As intervenções em grupo constituem-se em uma rede de apoio, uma vez que todos estão unidos pelo mesmo motivo. Nelas, por meio da troca de experiências, os cuidadores conversam, aprendem e também ensinam. Compartilhar experiências traz alívio e proporciona o sentimento de pertença, pois o cuidador percebe que não está sozinho, que as dúvidas e dificuldades não são só suas e que suas experiências podem ser valiosas para os outros cuidadores.

O depoimento da família 3 enfatiza a importância da realização dos grupos de famílias como suporte:

Temos os encontros entre as famílias que é bem produtivo e soma positivamente para as mães, que são a maioria. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da instituição e as reuniões com os pais e os profissionais que é super importante, em todos os sentidos, promove conhecimento, orientações, troca de informações e experiências. Sempre que tenho oportunidade participo deste trabalho em grupo que é bem acolhedor e oferece suporte para os cuidadores e mães, trazendo sempre um tema novo e informações que auxiliam no cotidiano das famílias. A Apae nos proporciona esperança, conhecimento e um ambiente acolhedor, gratidão.

Outra ação direcionada em 2024 às famílias de educandos e usuários e que contou com o envolvimento e a participação da comunidade foi o II Encontro do Autismo: um olhar para além do que é visível. Esse evento acontece anualmente no mês de abril, mês da conscientização sobre o autismo, com a participação de usuários e educandos e suas famílias.

Os encontros oportunizam depoimentos de vivências com pessoas com autismo; e especialistas abordam assuntos sobre o transtorno do espectro autista.

O objetivo da ação foi promover a conscientização sobre o autismo, diminuindo barreiras e eliminando o preconceito por meio da informação. O depoimento da família 3 reforça a importância dessa partilha de informações nos encontros sobre o autismo:

Creio que é bem relevante estes encontros em prol das pessoas com deficiência, assim como o tema autismo. Repassar o olhar da família, seus desafios e a importância de cuidar de quem cuida, voltado também para um ambiente familiar sadio é de suma importância para o indivíduo. Assim também a restauração de vínculos rompidos, assim como o contexto familiar e social contribui muito para o bom desenvolvimento do meu filho e para todo indivíduo, e creio que os três pilares do desenvolvimento dele são: equipe multiprofissional, escola e família, eles precisam andar juntos e um auxiliar o outro, nenhum destes consegue ter bons resultados sozinho. Estes encontros levam conhecimento e promovem ações para contribuir com os profissionais e as famílias para o enfrentamento das dificuldades e desafios em diversas áreas multidisciplinares e multiprofissionais, só vem a somar para a pessoa com deficiência e com autismo. Como por exemplo: Por muitas vezes o autismo vem com outras comorbidades associadas e para enfrentar estes, muitas vezes o medicamento correto e ministrar corretamente este faz toda diferença e as famílias muitas vezes necessitam dessas e outras informações, tanto nas áreas, clínicas, comportamentais, educacionais entre outras.

Nas edições realizadas, profissionais das escolas regulares e da comunidade em geral também tiveram a oportunidade de capacitar-se sobre o autismo – conforme a lista de presenças, em torno de 500 pessoas foram beneficiadas com essa ação. Observou-se que as famílias estavam engajadas e compartilharam seus desafios e conquistas como forma de mostrar para a comunidade que as pessoas com deficiência possuem habilidades, são capazes e são cidadãos de direitos.

Como forma de ampliar a partilha de experiências das famílias, dando visibilidade à pessoa com autismo para a comunidade, em 2024 houve parceria com uma empresa privada do município, que produziu um documentário com a participação de famílias, educandos, usuários e profissionais da Apae por meio de edital de incentivo à cultura. O documentário intitulado *Uma janela para o interior: narrativas sobre o universo autista* (Uma [...], 2024) abordou a temática do TEA, analisando o contexto local no que tange ao acompanhamento multiprofissional; e exibiu a rotina de quatro famílias participantes. A divulgação desse material aconteceu no município e na região de abrangência por meio das redes sociais. A equipe envolvida, juntamente com as famílias protagonistas do documentário, realizou rodas de conversa nas escolas da rede regular dos municípios para discutir a temática do autismo.

O material está disponível no canal do Youtube da empresa parceira (Uma [...], 2024).

Todas as ações buscaram aproximar a família da Apae, e essa aproximação ocorreu de forma gradativa. Como consequência, ocorreram melhorias no vínculo entre as famílias.

Esse movimento pode ser observado em eventos realizados pela Instituição e principalmente no atendimento à pessoa com deficiência, com maior participação e engajamento da família.

Considerações finais

Diante dos estudos realizados e da análise das atividades práticas desenvolvidas com as famílias dos educandos e dos usuários da Apae de Pinhalzinho foi possível assegurar que o objetivo do presente relato de experiência foi alcançado. Percebeu-se o reconhecimento do trabalho realizado pela equipe multiprofissional nas diferentes ações direcionadas às famílias com os depoimentos fornecidos. Estes mostraram o envolvimento das famílias nas atividades propostas tanto na Instituição quanto no ambiente familiar, evidenciando a relevância da parceria entre família e Apae.

Dessa forma, as intervenções feitas contribuíram para o fortalecimento das famílias e para a promoção e prevenção de saúde da pessoa com deficiência, impactando no desenvolvimento global do educando e do usuário com deficiência e na qualidade de vida da família.

As ações executadas foram fundamentais para reconhecer que cada família tem sua particularidade, necessita de olhares e estratégias diferenciadas de aproximação e intervenções com a Apae, tendo como premissa o respeito às diferenças e às realidades de cada família. O trabalho só é eficaz com a parceria entre a Apae e a família.

A partir deste relato foi possível observar a aplicabilidade dessas ações de fortalecimento e engajamento das famílias nas intervenções das equipes multiprofissionais das Apaes. Afinal, é possível estabelecer um paralelo entre família, escola e sujeito, porém é necessário um trabalho contínuo para a efetividade da parceria.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a lei orgânica da assistência social. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 34, de 28 de novembro de 2011**. Define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com

deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2011/Resolucao%20n%20%2034_2011.pdf Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf Acesso em: 12 maio 2025.

BRITO, Dorca Soares de Lima *et al.* **Assistência Social na Rede Apae: ofertas socioassistenciais para pessoas com deficiência**. Brasília, 2019.

COSTA, Jéssica Luana. **Relação Escola e Família numa perspectiva de Inovação da Educação**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2024. Disponível em: <https://ptolomeu.unochapeco.edu.br/pergamumweb/downloadArquivo?vinculo&nomeExtensao=.pdf> Acesso em: 14 dez. 2024.

FONSECA, Maria Elisa Granchi; CIOLA, Juliana de Cássia Baptistella. **Vejo e aprendo: Fundamentos do Programa TEACCH – O ensino estruturado para pessoas com autismo**. 2. ed. Ribeirão Preto: Book Toy, 2016.

GAVENDA, Marizete Lurdes; PIECZKOWSKI, Tânia Mara Zancanaro. Narrativas de mães de crianças com Síndrome de Down: a importância do envolvimento familiar na Estimulação Precoce: **Revista Cocar**, [S. l.], v. 15, n. 32, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3759> Acesso em: 8 maio 2025.

UMA janela para o interior: narrativas sobre o universo autista. [S. l.: s. n.], 2024. 1 vídeo (44 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NDYe3yBSdY4> Acesso em: 24 jun. 2025.